



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

**CONTRATO Nº 26 / 2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ E HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA.-EPP.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.703.755/0001-76, situado na Rua João Diogo, n.º 288, Belém - Pará, representado por seu Diretor-Geral, Sr. **EDSON DA CRUZ COSTA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG n.º 1496355 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o n.º 237.181.102-53, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n.º 16.908, de 13 de junho de 2017, deste Tribunal.

**CONTRATADA:** HAZA CONSTRUÇÕES DE EDIFÍCIOS LTDA.-EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.278.082/0001-33, estabelecida na Rua Tomé de Souza, nº 241, Dom Pedro I, Cep: 69.040-190, Manaus - AM, Telefone/Fax: (92) 99309-0685, E-mail: hazaconstrutora@gmail.com, neste ato representada por **HARYSON OTACY BRITO ROMBALDI**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº2302226-4 SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o nº717.749.982-20, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por documento constante dos autos do Proc. Administrativo nº 0001864-43.2017.6.14.8000.

Os **CONTRATANTES** têm entre si, justo e avençado, e celebram por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, e Resolução TSE nº 23.234/2010, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO IMÓVEL DESTINADO AO CARTÓRIO DA 56ª ZE - ITUPIRANGA**, localizado Rua Alagoas, S/Nº, esquina com a Av. Goiás – Itupiranga – PA, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações do anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2017 e tabela de materiais e serviços anexa a este termo de contrato (Processo SEI n.º 0006314-29.2017.6.14.8000).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1 Este contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 bem como na Resolução TSE nº 23.234/2010 e vincula-se ao Edital (e anexos) do Pregão Eletrônico nº 23/2017, constante do Processo SEI n.º 0001864-43.2017.6.14.8000, do qual é parte integrante, como se aqui estivesse transcrito, vinculando-se ainda aos termos da proposta da contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3.1 A **CONTRATANTE** obriga-se a expedir Ordem de Serviço;

3.1.1 Cada Ordem de Serviço será acompanhada de um croqui do imóvel com a indicação dos pontos de instalação de cada subitem;

3.2 Promover, por intermédio de servidor ou Comissão, especialmente designado na forma do art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA. A existência de fiscalização da CONTRATANTE de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer serviço mal executado;

3.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos responsáveis técnicos da CONTRATADA;

3.5 Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a substituição, a alteração e/ou o refazimento dos serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO;

3.6 Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, de acordo com as condições de preço e prazos estabelecidas na Cláusula Quinta deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 A CONTRATADA obriga-se a executar o serviço obedecendo rigorosamente à especificação discriminada no Termo de Referência - Anexo I do edital do Pregão nº 23/2017, que, independentemente de transcrição, faz parte integrante e complementar deste contrato.

4.2 Credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do Contrato;

4.3 Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.4 Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os registros, licenças, autorizações, alvarás, seguros ou quaisquer outros documentos que se fizerem necessários e devidos aos serviços contratados, inclusive ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);

4.5 Manter equipe técnica especificada, com reserva técnica, para atendimento dos serviços objeto deste Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

4.6 Arcar com todos os ônus ou obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com os serviços contratados, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e prepostos, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE;

4.7 Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer profissional cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse da Administração Pública;

4.8 Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente identificados;

4.9 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços, mesmo não especificamente descritos no Termo de Referência, inclusive Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos (EPI e EPC), conforme a necessidade.

4.10 Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações do preposto da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, diligenciando para que seus funcionários trabalhem com Equipamento de Proteção Individual e coletivo (EPI e EPC);

4.11 Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

- 4.12 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais durante a execução do Contrato;
- 4.13 Corrigir os serviços rejeitados pela fiscalização, dentro do prazo indicado no **item 9.15** do Termo de Referência, arcando com as respectivas despesas;
- 4.14 O prazo de garantia para os materiais empregados e serviços realizados: 02 (dois) anos;
- 4.15 Os produtos e marcas indicados no Termo de Referência são referências, admitindo-se o uso de similares, sobretudo em caso de descontinuidade da fabricação, entretanto cabe à contratada comprovação da similaridade do produto substituto e prévia aquiescência da fiscalização;
- 4.16 Os serviços realizados em desacordo com as especificações técnicas e/ou com falhas deverão ser corrigidos no prazo máximo de 07 (sete) dias, a partir da comunicação da fiscalização, através de mensagem eletrônica ou Notificação Administrativa (durante o período de execução dos serviços), ou 15 (quinze) dias após a data de emissão do Termo de Recebimento Provisório (no período posterior a comunicação da contratada de encerramento dos serviços).
- 4.17 Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela ordeira execução do objeto deste Contrato;
- 4.18 Executar os serviços de engenharia objeto deste contrato de acordo com as respectivas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e de acordo as especificações técnicas indicadas no item 3 do Termo de Referência;
- 4.19 Indicar o(s) responsável(is) técnico(s) pelos serviços e efetuar as suas expensas o devido registro no CREA-PA, apresentando uma cópia da ART à Seção de Engenharia e Projetos do TRE/PA em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste termo de contrato;
- 4.20 Absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2% (dois por cento), de acordo com a Resolução do CNJ 114/10, art. 8º, parágrafo único;
- 4.21 Entregar os serviços concluídos, livres e desembaraçados de quaisquer materiais e equipamentos utilizados na sua execução, incluindo a limpeza das áreas adjacentes;
- 4.21.1 Nenhum material deverá ser aplicado sem a prévia aprovação da fiscalização do TRE-PA.
- 4.22 Recompor, às suas expensas, toda e qualquer área danificada, ou alterada, quando da execução dos serviços, ou em função desta execução, seja de forro, parede, piso, pintura etc.
- 4.23 Observar a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 4.24 Não ter entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PA (art. 7º, I, da Resolução TSE nº 23.234/2010);
- 4.25 Não ter entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PA (art. 7º, II, da Resolução TSE nº 23.234/2010).

## CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E PAGAMENTO

- 5.1 O valor global desta contratação importa em **R\$68.905,03**, conforme planilha de serviços e preços anexa a este contrato.

5.2 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente realizados e concluídos, conforme medição mensal, realizada pela fiscalização do contrato, de acordo com o previsto no item 7 do Termo de Referência - Anexo I do edital do Pregão nº23/2017.

5.3 O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até o 10º (décimo) dia útil, a contar do ateste da prestação do serviço, pelo fiscal do Contrato, na Nota Fiscal/Fatura, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

5.4 No caso do valor do pagamento não ultrapassar o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei n.º 8.666/93, o pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, nas condições referidas acima.

5.5 Para fazer jus ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura discriminando a execução do serviço executado, juntamente com a documentação que comprove o recolhimento das contribuições sociais específicas de seus empregados a serviço deste Regional (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), que consiste no protocolo de envio de arquivos emitidos pela Conectividade Social, Relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP e Relação de Tomadores - RET, bem como a folha de pagamento, correspondente ao período da execução do serviço.

5.6 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.7 Não serão aceitas cobranças realizadas através de títulos colocados em cobrança através de banco ou outra instituição do gênero.

5.8 Os pagamentos devidos serão realizados após a comprovação de regularidade junto à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede, mediante consulta on-line feita pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e aos Sítios Oficiais da Justiça do Trabalho ou mediante a comprovação documental da manutenção da regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), a Seguridade Social (CND), a Justiça do Trabalho (CNDT), o FGTS (CRF) e as Fazendas Estadual e Municipal (CND).

5.9 Sobre o valor da Nota fiscal, a Contratante efetuará as retenções legais, conforme abaixo:

5.9.1 Tributos e contribuições federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) previstos no artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96, e Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11.01.12, enquadrando o serviço no código 6147 (Construção civil por empreitada com emprego de materiais) da Tabela de Retenção do Anexo I da referida Instrução Normativa, exceto quando se tratar de empresa optante pelo simples nacional, hipótese em que deverá ser apresentada, a cada pagamento, a declaração prevista no Anexo IV da mesma Instrução Normativa, conforme modelo dado pela Instrução Normativa RFB nº 1.244/12;

5.9.2 Contribuição previdenciária (INSS) prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.91, e Instrução Normativa RFB nº 971, de 13.11.09, enquadrando o serviço no artigo 117, III, da referida Instrução Normativa, inclusive quando se tratar de empresa optante pelo simples nacional, considerando o disposto no inciso II do artigo 191 da mesma Instrução Normativa. Se aplicada a desoneração prevista pela Lei nº 12.546/2011, a retenção se dará conforme Instrução Normativa RFB nº 1.436/2013; e

5.9.3 Imposto sobre serviços (ISS) previsto na Lei Complementar nº 116, de 31.07.03, enquadrando os serviços no item 7.05 da Lista de Serviços anexa à referida Lei. Em se tratando de empresa optante pelo simples nacional, a retenção se dará conforme enquadramento no respectivo Anexo da Lei Complementar nº 123/06. Para efeito do disposto neste tópico será observado o disposto no artigo 3º da Lei Complementar nº 116/03 (local da execução da obra). Em se tratando de empresa optante pelo simples nacional, a retenção se dará conforme enquadramento no respectivo Anexo da Lei Complementar nº 123/06.

5.9.4 Para efeito do disposto no tópico 5.9, a empresa deverá destacar no documento fiscal as alíquotas dos tributos e das contribuições, bem como os correspondentes valores, nos termos das respectivas legislações. Em caso de descumprimento desta determinação, a empresa sofrerá a retenção pelas alíquotas máximas previstas.

5.9.5 Na hipótese de ocorrer alteração em alguma das normas referenciadas nesta cláusula, será aplicada a retenção correspondente prevista na legislação em vigor.

5.10 Constatada a situação de irregularidade fiscal da contratada, será providenciada a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

5.11 O prazo do item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

5.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará os órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.14 Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a contratada não regularize sua situação.

5.15 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Diretor(a)-Geral, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

5.16 Não serão aceitas cobranças realizadas através de títulos colocados em cobrança através de banco ou outra instituição do gênero.

5.17 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e/ou contratual que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços, compensação financeira ou correção monetária.

5.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{}$$

$$I = \frac{6}{100}$$

365

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.19 As notas fiscais apresentadas em desacordo com o estabelecido neste contrato, e no Termo de Referência, ou com qualquer vício, serão devolvidas à CONTRATADA, não correndo, neste caso, o prazo estipulado no parágrafo primeiro desta cláusula contratual, iniciando-se, somente, a partir da sua completa regularização.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta de recursos previstos no Orçamento da Justiça Eleitoral, na Ação de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, PTRES 084538, ND 33.90.39.

6.2 Para a cobertura da despesa foi emitida a Nota de Empenho nº2017NE000700, de 04/07/2017, no valor de R\$68.905,03, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

7.1 O presente Contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá duração de 150 (cento e cinquenta) dias, conforme disposto no **item 4** do Termo de Referência – Anexo I do edital do Pregão nº 23/2017.

7.2 O prazo de execução dos serviços será de 75 (setenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data determinada, na ordem de serviço emitida pela Seção de Engenharia e Projetos, para o início dos serviços, conforme disposto no **item 4** do Termo de Referência – Anexo I do edital do Pregão nº 23/2017.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO**

8.1 Os serviços realizados em desacordo com as especificações técnicas e/ou com falhas deverão ser corrigidos no prazo máximo de 07 (sete) dias, a partir da comunicação da fiscalização, através de mensagem eletrônica ou Notificação Administrativa (durante o período de execução dos serviços), ou 15 (quinze) dias após a data de emissão do Termo de Recebimento Provisório (no período posterior a comunicação da contratada de encerramento dos serviços).

8.2 O recebimento provisório do objeto será realizado pela unidade responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA de encerramento dos serviços, na forma disposta no art. 73, da Lei nº 8.666/93.

8.3 No caso de não haver pendências na execução dos serviços, e observado o limite disposto no art.74, inciso III, da Lei 8.666/93, o Recebimento Provisório será dispensado e será realizado de pronto o Recebimento Definitivo, na forma disposta no art. 73, da Lei nº 8.666/93.

8.4 O recebimento definitivo do objeto será realizado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação,

ou vistoria, de até 90 (noventa) dias, contado do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

8.5 No caso da verificação de pendências e/ou necessidade de correções de serviços, na vistoria para o Recebimento Provisório, fica estabelecido o prazo de 07 (sete) dias para o saneamento e/ou correções das pendências. Após as devidas correções, a fiscalização realizará o Recebimento Definitivo, na forma disposta no art. 73, da Lei n.º 8.666/93.

8.6 A verificação da regularidade da execução dos serviços e o atesto dos mesmos é de responsabilidade da fiscalização do contrato designada pela Administração, na forma disposto no art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA – DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

9.1 A CONTRATADA indica como responsável técnico pela execução dos serviços o Sr. HARYSON OTACY BRITO ROMBALDI, portador da Carteira de Identidade CREA n.º 89734-D/PR, que fica autorizado a representá-la perante a CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

10.1 Na hipótese de o prazo de execução do serviço exceder ao período de execução contratualmente previsto, caso esse atraso não seja atribuído à CONTRATADA, os preços dos serviços remanescentes poderão ser reajustados, mediante solicitação da CONTRATADA, com base na variação do Índice Nacional de Construção de Civil – INCC (INCC-M), coluna 35, ou outro que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data-base da apresentação da proposta.

10.2 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

10.3 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO**

11.1 Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das situações dispostas no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 Ocorrendo acréscimo ou supressão do quantitativo dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE nova Planilha de Custos e Formação de Preços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RECURSOS**

12.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e será descredenciada no SICAF, sem prejuízo de ressarcimento no valor devido, de multa de até 10% sobre o valor da contratação e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

- a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato;
- b) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) falhar na execução do contrato;
- e) fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

12.2 Sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

a) advertência

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;

c) Pelo atraso injustificado na execução do contrato, a Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Pará deverá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, sobre o valor global do contrato, limitada a 10%

12.3 O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como permanecer não mantendo atualizada, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, poderá ensejar a rescisão do contrato.

12.4 As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhidas no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial para pagamento e, caso não recolhidas, serão cobradas judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês.

12.5 Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

12.6 O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, competindo ao (à) Diretor (a)-Geral a concessão da prorrogação pleiteada.

12.7 Compete ao (à) Diretor (a)-Geral a aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1 e 12.2 alínea “b” e “c”, e ao (à) Secretário (a) de Administração, a penalidade de advertência, prevista no item 12.2, alínea “a” facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

12.8 Da aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1 e 12.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

12.9 As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste contrato.

12.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO**

13.1 Poderá ser rescindido o presente contrato, caso ocorram os motivos constantes dos Artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE**

14.1 O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, conforme o disposto no art. 20 do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.



## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As controvérsias decorrentes deste contrato serão dirimidas no foro da Seção Judiciária de Belém, Capital do Estado do Pará, pela Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado digitalmente pelas partes.

### ANEXO

#### TABELA DE MATERIAIS E SERVIÇOS (0376781)



Documento assinado eletronicamente por **HARYSON OTACY BRITO ROMBALDI**, **Usuário Externo**, em 06/07/2017, às 10:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDSON DA CRUZ COSTA**, **Diretor Geral**, em 06/07/2017, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0383049** e o código CRC **2ACC9DBF**.